

FRANCISCO CAVALCANTI

PROFESSOR TITULAR DE DIREITO ADMINISTRATIVO DA UFPE.
DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRF DA 5ª REGIÃO. DOUTOR EM DIREITO.
COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFPE.

O Novo Regime Jurídico do Mandado de Segurança

(COMENTÁRIOS À LEI N. 12.016, DE 07 DE AGOSTO DE 2009)

Academia
Brasileira

MP
EDITORA

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M366n

Cavalcanti, Francisco

O novo regime jurídico do mandado de segurança : comentários à Lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009 / Francisco Cavalcanti. - São Paulo : MP Ed., 2009.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7898-027-6

1. Mandado de segurança - Brasil. 2. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

09-4725.

CDU: 347.2951.3(81)

10.09.09 17.09.09

015129

156547

Preparação

Júlia Carolina de Lucca

Projeto gráfico e diagramação

Veridiana Freitas

Revisão

Cláudio Fagundes Bastos

Diretor responsável

Marcelo Magalhães Peixoto

Capa

Veridiana Freitas

Impressão e acabamento

YANGRAF

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2009

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6. andar

01402-000 – São Paulo

Tel./Fax: (11) 31012086

adm@mpeditora.com.br

www.mpeditora.com.br

ISBN 978-85-7898-027-6

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – Antecedentes e evolução histórica do mandado de segurança, 11

CAPÍTULO II – Do conceito de direito amparável pela via mandamental e da figura da autoridade, 29

CAPÍTULO III – Questões relativas à competência para o mandado de segurança e à legitimação ativa, 53

CAPÍTULO IV – Questões pertinentes ao cabimento do mandado de segurança e as situações emergenciais, 59

CAPÍTULO V – Do procedimento do mandado de segurança – Da formação da relação processual e das medidas liminares, 75

CAPÍTULO VI – Da tramitação do mandado de segurança – Da formação da relação processual ao julgamento, 131

CAPÍTULO VII – Dos recursos e das suspensões de efeitos – Das decisões judiciais, 137

CAPÍTULO VIII – Da disciplina dos mandados de segurança originários dos tribunais e outras questões, 151

CAPÍTULO IX – Dos mandados de segurança coletivos, 155

CAPÍTULO X – Da criminalização de condutas da autoridade, 163

CAPÍTULO XI – Dos dispositivos revogados da legislação anteriormente vigente e das adaptações dos regimentos dos tribunais e das leis de organização judiciária, 167

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 173

ANEXO, 181